

Ministério da Educação e Cultura
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS
CURSO REGULAR DE POLÍTICA

Prof.: Michel Debrun

Data: 24/4/1958

9ª Apostilha

A HISTÓRIA POLÍTICA

Antes de estudarmos o ramal específico da História que trata dos fenômenos políticos, tornar-se necessária a compreensão do objeto da História Geral. Que será, então, o fato histórico? A meu ver, para que haja fato histórico, são necessárias duas condições, contraditórias a primeira vista: 1ª) é necessário que o fenômeno se apresente como uma novidade em relação ao desenvolvimento anterior. O que aparece como simples continuação do passado não é verdadeiramente histórico; quando muito será um fato social. Do mesmo modo, um fenômeno que, embora destacando-se em relação com os fenômenos imediatamente anteriores, não passa de simples reprodução de um fenômeno já presente num passado mais remoto, também não será histórico. Desde que haja uma certa regularidade no acontecer de um fenômeno, ele deixa de pertencer ao tempo histórico. Quando estudamos os acontecimentos políticos, chamamos a atenção para a ausência de tempo linear irreversível, no desenvolvimento das sociedades primitivas, em que os fenômenos sociais se repetem do mesmo modo a cada estação, a cada novo período: e justamente por essa razão que consideramos tais sociedades como pre-históricas ou extra-históricas.

2ª) A segunda condição será a de que o fenômeno não constitua uma novidade absoluta, que rompesse, por assim dizer, com o tempo, isto é, que não se trate de um fenômeno sem ligação lógica, orgânica, com os fenômenos anteriores. A noção de história envolve a noção de progresso, que deve ser entendida não a partir de julgamentos de valor sobre se determinada época foi melhor ou pior que a presente. Progresso há desde que se verifica um movimento contínuo numa certa direção, existindo ou não um objetivo (conscientemente ou inconscientemente percebido pelos participantes) capaz de orientar esse movimento.

A História terá novidade e continuidade.

Para que fique bem compreendida tal concepção tocarei vários exemplos: 1) a descoberta da América foi, para os nativos, um acontecimento supra-histórico, um verdadeiro choque que não apresentava ligação alguma com seu estado anterior. Podemos portanto afirmar que a descoberta não faz parte da história própria dos povos nativos. Mas por que, então, fala a História das grandes descobertas? Por duas razões: 1) por um lado, esses fenômenos fazem parte da história dos portugueses, dos holandeses, dos franceses, etc., o que significa que no decorrer dos séculos XV e XVI houve um progresso contínuo rumo a um melhor conhecimento do mundo. Para os descobridores as descobertas constituíam-se em novidades que possibilitariam um progresso, ao con-

trário dos nativos que encaravam o fenômeno como um choque.

2) Podemos dizer, também, que mesmo para os nativos as grandes descobertas representaram o começo de uma nova história. Após a descoberta iniciaram um desenvolvimento histórico completamente novo tendo sido integrados em novas sociedades globais. A ruptura absoluta com o processo anterior significou ao mesmo tempo o fim de uma história (ou melhor, no caso de um estado pré-histórico) e a integração em uma história mais ampla.

Tomemos um exemplo mais frizante: parece que no século XIII ou XIV os escandinavos chegaram à América e, no entanto, a História pouco fala a respeito desse fato por ter sido ele obra de puro acaso, não trazendo grandes consequências, como as descobertas dos séculos XIV, XV, XVI. Foi mais um quisto dentro da história dos escandinavos, o que faz com que a história dele não tome grande conhecimento.

Segundo o esquema que apresentamos há na descoberta da América pelos escandinavos o elemento novidade; entretanto, não constatamos o elemento continuidade devido a que tal fenômeno aparece como uma manifestação isolada dentro da história dos povos europeus. Daí tal fato não ser verdadeiramente histórico.

Outro exemplo: pesquisas arqueológicas parecem provar que os romanos inventaram técnicas, que foram redescobertas nos séculos XIII/XIV. Entretanto, os romanos não aproveitaram muito essas técnicas, suas invenções foram fruto de casualidades e não trouxeram, entre os romanos, consequências imediatas. Podemos dizer, então, que para eles tais descobertas não tiveram significado histórico importante. Somente nos séculos XIV e XV puderam os homens descobri-las e aproveitá-las, dando nascimento a novas técnicas que desencadearam um desenvolvimento contínuo até nossos dias.

Podemos, agora, concluir que um grande número de acontecimentos devem ser retirados da história por duas razões antagônicas: ou esses fenômenos aparecem como o prolongamento de fenômenos anteriores ou, pelo contrário, aparecem como novidades absolutas, privadas de consequências, que constituem uma verdadeira intrusão no campo histórico.

O fato histórico coincidirá, pois, mais ou menos com a noção do que chamei de "acontecimentos internos" (lição 7). A história interessar-se-a, então, pelos acontecimentos internos; entretanto, não se trata exclusivamente dos acontecimentos internos de determinada sociedade global. Muitas vezes um acontecimento parecerá externo com relação a uma sociedade global mas, na verdade, tratar-se-a de um acontecimento interno de um contexto maior, englobamento das várias sociedades globais comprometidas num determinado acontecimento. A invasão da França pela Alemanha poderia parecer um acontecimento externo para a história francesa; no entanto, trata-se de um acontecimento interno da história da Europa que, depois de muitos séculos vem se apresentando como uma totalidade, a despeito das diferenças que podem aparecer entre as histórias locais.

Reservaremos, então, à história o estudo dos acontecimentos internos. Devemos acrescentar que tais acontecimentos não aparecem isoladamente a partir do nada; são preparados pelos comportamentos individuais e coletivos dos homens. Daí a história

tória não considerar somente os acontecimentos internos, mas também a massa de comportamentos que progressivamente levam a esses acontecimentos. O que não interessara muito ao historiador, como tal, é a estrutura das coletividades, o que será mais tarefa do sociólogo.

Isso, mais uma vez, não significa que devamos desligar as ciências sociais. Temos apenas de distinguir as suas varias "intencionalidades". Mas, na prática, as ciências sociais marcham para uma interpenetração maior de todos os campos específicos. A pesquisa histórica não se apresenta mais no estado puro, bem como as pesquisas sociológicas, ao contrario do que acontecia no século XIX, onde os historiadores levavam sobremodo em conta os acontecimentos puros, ou os comportamentos determinantes, e os sociólogos apenas as estruturas.

Qual será, agora, o papel da história, propriamente política? Não podemos limitar a história política unicamente ao estudo das instituições políticas, da sucessão dos governos, do reis do aparecimento e desaparecimento das cidades, impérios, etc. Esta era a antiga concepção da história política. Hoje em dia, a história política tem de se preocupar com todos os acontecimentos internos que podem, direta ou indiretamente, manter ou mudar a estrutura de uma sociedade global ou as relações entre varias sociedades globais. A tarefa da história política será, frequentemente, de caráter econômico, religioso, etc., pois há acontecimentos religiosos, econômicos, etc., que exercem considerável influência sobre a mudança ou manutenção das estruturas globais ou que, eles mesmos, constituem-se em tais mudanças. A história política vai muito além do que chamamos geralmente de político. Ela pode interessar-se por um tratado comercial entre dois países (por exemplo: o decreto pelo qual D. João VI abriu os portos brasileiros ao comércio exterior com outros países parece-me altamente político além de econômico); pelo acontecimento que se constituiu na proclamação da infabilidade pontifical (tal dogma foi não só um acontecimento religioso, mas também político, pois a partir de tal dia o comportamento político dos católicos de varios países, notadamente França, Alemanha, Italia, etc. mudou profundamente).

Poderia aparecer, agora, a seguinte pergunta: a história política assim compreendida não se confunde com toda, e qualquer história? Não há uma generalização tal do termo política, que faz qualquer fenómeno de uma certa importância aparecer como político? Então, não somente a história política poderia ser também econômica, religiosa, etc., mas afinal de contas não haveria outra história além da história política.

Acredito que não devamos abusar dessa segunda direção. A primeira limitava bastante o seu campo. A segunda estende-a exageradamente e considera que todo e qualquer acontecimento faz parte do campo da história política. Logicamente, não podemos aceitá-la. Há uma história própria da Filosofia, que estuda seu desenrolar universal através do pensamento de Platão, Aristóteles, Descartes, Hegel, Marx, etc.. A História Política só se interessará pela história da Filosofia na medida em que um pensamento filosofico exerça uma grande influencia sobre a manutenção ou mudança das sociedades globais. Assim, o "Contrato Social" de Rousseau e o "Manifesto Comunista" de Marx aparecerão com um significado altamente político, embora pensamentos filosoficos. O mesmo acontecerá com o "Reflexões sobre a Violência" de Sorel. Mas, mesmo assim, a história política não se interessará pelo con

teúdo próprio da doutrina. Um historiador político do século XVIII não vai preocupar-se muito com os pormenores do "Contrato Social", dando, talvez, tanta ênfase a tal ou qual vulgarização da obra que tivesse exercido influência sobre os revolucionários franceses. É, pelo contrário, evidente que o historiador da filosofia levará em conta todos os pormenores de cada doutrina a fim de estabelecer suas filiações lógicas (exemplo: a possível influência de Descartes sobre Kant, de Kant sobre Hegel, de Hegel sobre Marx, etc.)

O mesmo acontece com a história das religiões. Ela focaliza, por exemplo, todos os acontecimentos que, no decorrer do século XIX, levaram o Papado progressivamente a adotar a dogma da infabilidade pontifical. Fara, então, a exposição de todas as discussões entre os católicos, e entre católicos e não católicos, que ocorreram. Evidentemente, o historiador político tentará, apenas, buscar os grandes pontos de tais contradições. Anulará, por exemplo, todos os acontecimentos não essenciais à explicação da intransigência política crescente dos católicos italianos, alemães, franceses, etc., com relação ao poder temporal de suas respectivas sociedades.

Igualmente, há uma história da arte, que só interessará ao historiador político na medida em que uma forma de arte influencie os fatos políticos ou exprima esteticamente o espírito político de um tempo. Os quadros de David têm, por exemplo, servido de ilustração, nos livros de história, para o ambiente exaltado da revolução de 1789. É conhecidíssimo seu quadro "Serment du jeu de paume".

No que diz respeito à história econômica, é também claro que nem todas as flutuações de preços, salários, produção, etc., integram-se na história política. Só interessará as que tem repercussão sobre as estruturas globais. Mesmo um grande "krack" da bolsa de valores pode deixar o historiador político relativamente indiferente se as consequências não influenciarem fortemente as estruturas econômicas, globais, isto é, se não arrastarem uma mudança ou parada do desenvolvimento do capitalismo.

Ainda que multiplicássemos os exemplos, a conclusão seria a mesma: embora a história política ultrapasse sua antiga concepção (interesse apenas pelo aparecimento, queda, etc. dos governos, imperios, instituições, etc.), não se pode identificar com toda e qualquer história. Se na verdade ela é a história total, o é num sentido qualitativo e não quantitativo, aparecendo como a história fundamental. Nos vários ramos da história; econômica, religiosa, estético, etc.; ela escolherá certos fatos particularmente frisantes no que se referem a manutenção ou mudança das sociedades globais. Ela constitui, assim, uma história das histórias; e sua tarefa, embora vasta, será limitada.